

## PL QUE PREVÊ ANTECIPAÇÃO DO 13º IGNORA QUESTÕES BÁSICAS

PROPOSTA NÃO CONSIDERA O FATO DE QUE O BENEFÍCIO ALAVANCA A ATIVIDADE ECONÔMICA NO FIM DO ANO

*Merece atenção proposta contida no Projeto de Lei nº 5878/13, apresentada ao Congresso Nacional pelo deputado João Paulo Lima. O objetivo da proposta é permitir que o trabalhador receba o 13º salário no mês do aniversário, se ele assim preferir e encaminhar tal requerimento ao empregador com, no mínimo, 60 dias de antecedência.*

*Não se discorda da alegação do deputado de mais vantagens ao trabalhador com a antecipação do 13º, mas vale lembrar que este já se confunde com as tradições e com o espírito natalino, sendo criado com o intuito de proporcionar maior conforto material aos trabalhadores no fim do ano.*

*Merece reflexão o argumento do parlamentar de que “a possibilidade de pagamento da gratificação de aniversário tira do empregador o peso do pagamento con-*

*centrado da gratificação com a folha de dezembro, facilitando o fluxo financeiro das empresas”. O argumento ignora o fato de que há mais de meio século que as empresas vivem essa realidade, compensadas pelo aquecimento da atividade econômica.*

*Sob o ponto de vista empresarial, parece o autor da proposta não ter ponderado sobre duas questões básicas. A primeira é o possível impacto causado pela multiplicidade de pagamentos mensais ao longo do ano, o que exigiria das empresas sistemáticos controles, cálculos e provisões para o ajuste de seus fluxos de caixa. A segunda é o fato de o Natal figurar como a mais importante e tradicional data no calendário das comemorações, alavancando a atividade econômica no segundo semestre, altamente dependente dos recursos do 13º salário.[&]*



### pág. 02 CARNÊ OU CARTÃO?

Vantagens e desvantagens de cada modalidade



### pág. 03 GESTÃO

Sem horário de verão, bares buscam formas de atrair clientes



### pág. 04 FINANÇAS

Momento é ideal para aplicações conservadoras, como a renda fixa



# CARNÊ OU CARTÃO DE CRÉDITO: QUAL É A MELHOR PRÁTICA?

AMBAS AS MODALIDADES DE PAGAMENTO IMPLICAM VANTAGENS E DESVANTAGENS PARA O COMERCIANTE. O CARTÃO ELIMINA O RISCO DE INADIMPLÊNCIA, MAS O CARNÊ FAVORECE A FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE



Nos últimos anos, o comportamento do consumidor evoluiu e novos hábitos foram incorporados, modificando diversos padrões – entre os quais se destacam as formas de pagamento e de endividamento. A preferência do consumidor pelo uso do cheque, observada há dez anos, foi substituída pelo cartão de crédito, hoje a forma mais utilizada para contrair dívidas.

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), realizada em janeiro pela FecomercioSP, apontou que 86,6% das dívidas dos consumidores foram realizadas por meio de cartão de crédito e carnê. O primeiro possui larga vantagem: enquanto o cartão de crédito foi responsável por 69,5% das dívidas, o carnê respondeu por 17,10% das dívidas contraídas naquele mês.

Ao lado dos cartões, destacam-se os carnês de pagamento – forma utilizada por grandes redes de varejo com o intuito de fazer o consumidor retornar à loja para pagar, estimulando novas compras. Embora o cartão seja o meio de pagamento mais

popular, observa-se que nos últimos meses a utilização do carnê apresentou evolução. Na comparação com dezembro, observa-se que os carnês apresentaram alta de 1,6 ponto porcentual, passando de 15,5% para 17,1%. Já o cartão de crédito apresentou queda de 3,4 pontos porcentuais no mesmo período.

Um dos motivos possíveis para essa mudança são os juros, mais altos no caso dos cartões de crédito. Outra razão pode estar associada ao limite dos cartões, muito próximo do teto, o que em alguns casos impediria novas compras.

Para o comerciante vale a pergunta: qual a modalidade mais vantajosa, cartões ou carnês? É certo de que os cartões têm sido a mola propulsora do consumo, pois permite a compra parcelada, uma importante forma de financiamento para as famílias. Porém, há de se destacar que os cartões, embora com a cobrança de elevadas taxas, elimina o risco de inadimplência para o comerciante. Já o carnê oferece maior risco ao comerciante, uma vez que é dele o ônus da inadimplência nesta modalidade de pagamento.

Para o comércio, as duas modalidades de pagamento e de financiamento apresentaram vantagens e desvantagens. Abaixo destacamos algumas delas:

## CARNÊS

### VANTAGENS

1. Aprovação do crédito no ato da venda;
2. Aumenta o ticket médio da venda e possibilita o parcelamento;
3. Cliente volta ao estabelecimento para o pagamento;

4. Fideliza o cliente;
5. Ganhos com juros.

### DESADVANTAGENS

1. Maior risco de inadimplência;
2. Custo com equipe de crédito e cobrança;
3. Custo para consulta no cadastro de inadimplentes (SCPC).

## CARTÃO DE CRÉDITO

### VANTAGENS

1. Sem risco de inadimplência;
2. Limite aprovado pela administradora do cartão;
3. Não exige consulta ao cadastro de inadimplentes (SCPC);
4. Dispensa a manutenção de equipe de crédito e cobrança.

### DESADVANTAGENS

1. Altas taxas para utilização mais custo com POS;
2. Recebimento alongado, em média 30 dias após a venda;
3. Restrições quanto ao limite determinado ao consumidor;
4. Cliente não volta ao estabelecimento para pagamento;
5. Dificuldades de negociação e de contato com as administradoras.

Mesmo com prós e contras, o cartão de crédito possui presença privilegiada no comércio, pois além de ser um instrumento de crédito, é um mecanismo de inserção social – uma vez que permite importante conquista para as famílias, principalmente as de baixa renda –, resultando no estímulo valioso para o crescimento da economia. [ & ]

## TIPO DE DÍVIDA

PERÍODO	CARTÃO DE CRÉDITO	CARNÊS
Jul-13	73.60%	16.70%
Ago-13	70.20%	18.20%
Set-13	68.10%	20.40%
Out-13	69.70%	16.30%
Nov-13	72.90%	15.50%
Dez-13	73.90%	17.00%
Jan-14	69.50%	17.10%

# FIM DO HORÁRIO DE VERÃO: IMPACTOS PARA O COMÉRCIO

SENSAÇÃO DE DIA MAIS LONGO FAVORECE A MAIOR CIRCULAÇÃO DE CONSUMIDORES PELAS RUAS, CENTROS DE COMPRAS, BARES E RESTAURANTES



*Terminou em 16 de fevereiro o horário de verão para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País. Além de economia para os cofres públicos em decorrência do menor consumo de energia, o horário de verão traz mudanças nos hábitos diários dos brasileiros. E a readaptação pode levar dias, a exemplo do que habitualmente acontece com as pessoas depois de viagens de longa duração que envolvam diferentes fusos horários.*

*Para o comércio, o fim do horário de verão pode ter efeitos negativos, uma vez*

*que a sensação de dia mais longo favorece a maior circulação de consumidores pelas ruas e pelos centros de compras. Considerando que a noite agora chega mais cedo, é possível que haja uma tendência de menor circulação de pessoas ao fim do dia, afetando sobretudo o comércio de rua.*

*Além disso, deve-se destacar a preocupação com a segurança, já que os riscos são maiores durante a noite. Tal fato poderá exigir investimentos em gastos dessa natureza por parte dos comerciantes.*

*Um dos segmentos que podem sentir os efeitos é o de bares e restaurantes. Com o horário de verão, o faturamento do setor apresenta crescimento médio de 10% graças ao forte calor do início do ano e à ocorrência de dias mais longos. Contudo, essa mudança não deve ser motivo de grande preocupação para os comerciantes, pois o potencial de compra está sempre relacionado aos níveis de emprego e renda e ao humor do consumidor. Cabe aos donos de bares e restaurantes a busca por outras formas de atrair os clientes. [&]*



**CERTIFICADO DE ORIGEM FECOMERCIO-SP. MAIS PRATICIDADE E RAPIDEZ NA HORA DE EXPORTAR.**

Siga o melhor rumo para seus negócios no exterior. Obtenha seu Certificado de Origem na FecomercioSP de maneira prática, rápida e segura, com as melhores condições do mercado.

*Mais informações, ligue (11) 3254-1652/1653 ou envie e-mail para [certificado@fecomercio.com.br](mailto:certificado@fecomercio.com.br)*

*Rua Dr. Plínio Barreto, 285 – térreo  
9h às 12h30 / 14h às 17h30*

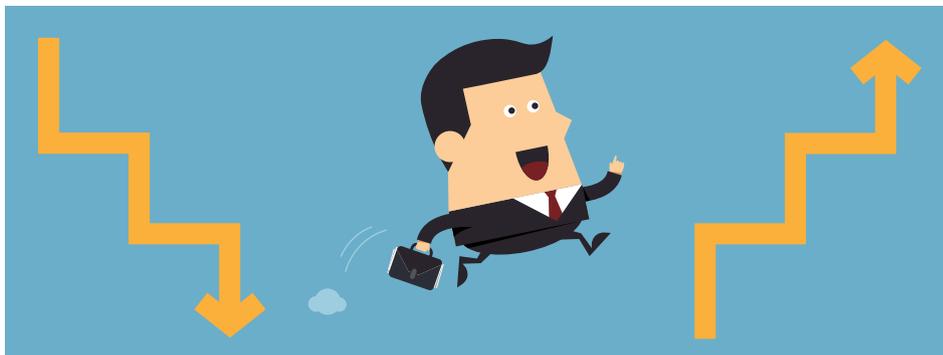
# POUCAS MUDANÇAS, MAS ALGUMAS RÉLEVANTES

O BRASIL, A DEPENDER DAS ESCOLHAS, PODE SE DESCOLAR DOS EMERGENTES OU CAMINHAR PARA O RECRUDESCIMENTO DO DESEQUILÍBRIO MACROECONÔMICO

Pouca coisa mudou nos últimos meses em relação a investimentos, principalmente para a pessoa física e ainda mais se for pequeno poupador. Exatamente como o **Economix** vinha alertando, o momento é ideal para a aplicação em renda fixa e tende a melhorar ainda mais, já que a expectativa é de ligeira alta da Selic – dos atuais 10,5% para 11% a 12% até o fim deste ano. Como a Selic é a base da renda fixa, taxas de juros maiores são convidativas a aplicações conservadoras.

O que mudou de relevante? A confiança. Gradativamente os investidores foram perdendo o “encanto” com a economia brasileira. O País não vive um momento de caos como os vizinhos Argentina ou Venezuela, porém, a percepção é de que trilha os mesmos caminhos. A rigor, a política fiscal – embora deteriorada desde 2012 – não chega a ser uma calamidade e a inflação, alta para os padrões internacionais e muito resistente, ainda não fugiu do controle. Contudo, essa percepção de deterioração dos emergentes faz com que, em um primeiro momento, todos os países sejam colocados no mesmo “saco”, contaminados uns pelos outros.

O que fazer nesse caso? O Brasil, a depender das escolhas, pode se descolar dos emergentes ou caminhar para o recrudescimento do desequilíbrio macroeconômico. Nas duas hipóteses, cuja probabilidade depende da avaliação de cada um, há soluções diferentes. Apenas para alertar, a FecomercioSP considera remota a possibilidade de aumento do desequilíbrio macroeconômico generalizado, com descontrole inflacionário e fuga de capitais. Todavia, a chance de isso acontecer é hoje maior do que era há seis meses ou há um ano.



No caso de desequilíbrio generalizado, a melhor aposta é o dólar, pela liquidez e pelo spread entre a compra e a venda, que são melhores do que em outras moedas – inclusive o euro. A opção é boa justamente para quem crê no desequilíbrio e no descontrole interno, que fariam com que a moeda nacional se desvalorizasse rapidamente. No entanto, não adianta apostar em títulos brasileiros vinculados ao dólar, os chamados títulos cambiais. Se o receio ou a aposta do investidor é de desordem geral, esse cenário deve conter a hipótese de moratória da dívida pública, ou seja, o investidor tem que aportar recursos no exterior, não adiantando comprar títulos brasileiros pelo risco soberano. De qualquer forma, essa hipótese é ainda muito baixa e não atende aos interesses dos pequenos investidores, pois requer altos volumes de aplicação.

A outra hipótese, de ajuste gradual da política fiscal e monetária, é a mais provável. Ela pode ser feita de forma mais rápida ou mais lenta, trazendo, portanto, efeitos positivos na mesma velocidade. Nessa hipótese, considerada pela FecomercioSP como a mais provável, os investimentos em renda fixa continuarão ganhando e mesmo com

o Ibovespa muito baixo, é improvável que isso se reverta no curto prazo. Até porque, se forem adotadas políticas econômicas mais conservadoras e austeras, a tendência é de que a inflação caia gradualmente e com a concomitante alta dos juros, a taxa real de retorno deve aumentar em relação a 2012 e a 2013 – quando as aplicações ficaram próximas aos níveis do IPCA.

Para quem quiser e puder, há ainda um meio-termo, que parece razoável: uma estratégia híbrida, com títulos internacionais (principalmente americanos) e renda fixa interna. Para este investidor, os riscos são menores, bem como seus ganhos. No caso de uma moratória interna, o que ele perder aqui dentro será em parte ou integralmente recuperado com os ganhos cambiais dos títulos externos. No caso de o equilíbrio ser restabelecido de forma tradicional, o resultado será uma apreciação da moeda nacional, com consequente perda nas aplicações em títulos externos. A queda da inflação e a elevação dos juros aumentam os ganhos internos. Essa é uma boa hipótese de aplicação, mas só é vantajosa para grandes investidores – que tenham acima de R\$ 2 milhões disponíveis. [8]